

Actas do XIX Congreso Internacional
de Lingüística e Filoloxía Románicas

Universidade de Santiago de Compostela, 1989

Publicadas por Ramón Lorenzo

VI

Sección VI. Galego

Sección VII. Romania Nova

FUNDACIÓN "PEDRO BARRIÉ DE LA MAZA, CONDE DE FENOSA"

A CORUÑA, 1994

Observações sobre o português de Moçambique

Pilar Vázquez Cuesta

(Universidade de Santiago de Compostela)

O processo de geração de variantes nacionais da língua portuguesa nos Estados africanos que a declararam oficial ou veicular parece estar já em andamento¹. Ao menos nos dois mais importantes em termos de extensão territorial e de demografia: Angola e Moçambique.

Considerada em ambos, depois da independência, insubstituível, por já experimentado, instrumento de trabalho para o aparelho burocrático estatal, a mais acessível via de penetração no universo da Ciência e da Técnica modernas de que hoje dispõem os seus cidadãos e sobretudo o elemento básico da unidade nacional não tanto por servir como o mais prestigioso e inócuo meio de comunicação entre os falantes dos diversos idiomas autóctones que se repartem o país quanto por representar o seu principal traço diferenciador frente a vizinhos integrados nas áreas francófona ou anglófona, a língua portuguesa é neste momento acarinhada pelas autoridades angolanas e moçambicanas mais do que o fora durante o período colonial.

Se desde a sua fundação o MPLA e a FRELIMO escolheram o português como principal veículo verbal da sua mensagem político-ideológica por julgá-la a melhor arma com que podiam contar para a preservação da integridade territorial da sua pátria, chegados ao poder, fizeram dele a única língua escolar, administrativa e militar de Angola e de Moçambique, assegurando assim não já a sua sobrevivência no Continente Negro mas a sua expansão geográfica e social com a progressiva transformação em bilingues dessa grande massa de monolinguês em línguas africanas que ainda hoje constituem a maior parte da população dos dois países.

No que diz respeito a Moçambique, de início nem sequer os líderes dos movimentos de libertação nacional dominavam o português – como punha de relevo o Prof. Fernando Ganhão, Reitor da Universidade de Maputo, em Outubro de 1979, num discurso proferido no *I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa* que estava a realizar-se nessa cidade:

"A grande maioria dos homens que constituíam os três movimentos que, fundindo-se, criaram a Frelimo, não dominavam nem utiliza-

vam a língua portuguesa como meio de comunicação. Sendo aqueles movimentos constituídos por exilados políticos e económicos, usavam na sua maioria o inglês e o suaili, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo. É certo que não surgiu nenhuma resolução do I Congresso (realizado em 1962) sobre a língua, mas foi unânime e tacitamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em português porque, no meio da diferença linguística, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos.

Surgiu como língua operacional do consenso de que constituía um instrumento que, além de evitar decisões linguísticas que perigossem a unidade alcançada, permitia o melhor conhecimento do inimigo... Todos os responsáveis políticos e todos os militantes encetaram imediatamente um esforço no sentido de falar e exprimir-se em Português, a começar pelo Presidente Mondlane que, na sua formação, utilizara apenas o inglês².

Quanto ao povo em geral, não possuímos dados que nos permitam dizer com exactidão o número de moçambicanos que, na altura da independência (Junho de 1975), eram capazes de se expressarem em português. Estima-se, no entanto, que, sendo em 1977 –segundo fontes oficiais– 90% dos cidadãos de Moçambique analfabetos e a escola a principal via de acesso à língua de Camões, dificilmente teriam ultrapassado dois anos antes o 10%. A oito anos da independência de Moçambique, em Junho de 1983, e aproveitando alguns dados já aparecidos do "Recenseamento Geral da População" efectuado em 1980, a linguista Perpétua Gonçalves, numa comunicação apresentada ao *Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*³ que se celebrava naquele momento em Lisboa, formularia a hipótese de que o número de moçambicanos que possuíam algum conhecimento de português devia atingir já perto de 30%, visto terem sido alfabetizados –naturalmente na língua oficial– 26,5% dos seus compatriotas e haver indivíduos, sobretudo nas zonas urbanas, que, embora fossem analfabetos, sabiam qualquer coisa desse idioma por ter entrado em contacto com ele em situações de carácter informal.

Mas é claro que entre ter tido contacto com uma língua e dominá-la existem muitos graus de competência linguística. Não se podem meter no mesmo saco esses 2.620.000 de moçambicanos que –segundo as estatísticas– frequentaram a escola quando deles há 1.810.529 que a abandonaram sem ter conseguido diploma algum, 480.839 que completaram o

ensino primário e 129.482 que se graduaram nalgum curso técnico, secundário ou superior. É apenas aos integrantes dos dois últimos grupos – que somam 610.321 pessoas – que podemos atribuir um domínio suficiente da língua portuguesa, na realidade materna apenas para uma exígua minoria de aproximadamente 1.512 pessoas. Porque a imensa maioria dos moçambicanos – 12.600.000, segundo o Recenseamento a que antes fazíamos referência – têm como materna uma língua africana, em 99% dos casos pertencente à família banta.

São muitas – 25 ou 30 – estas línguas autóctones de Moçambique, que se subdividem por sua vez em múltiplos dialectos. A dificuldade para distinguir entre línguas e dialectos, e os conhecimentos ainda incompletos que delas se possuem, explicam que sejam diversas e contradictórias as classificações que das mesmas fizeram até ao presente os africanistas. Escolhemos a proposta por Rzewuski em 1978⁴, em que os dados numéricos correspondem não aos 12.600.000 cidadãos que regista o recenseamento de 80 mas a 11.750.000.

1. Grupo Makua-Lomwe, composto pelas línguas Makua, Lomwe, Mgulu, Koti e Cwabo, faladas aproximadamente por cinco milhões de pessoas nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia.
2. Grupo Tswua-Ronga, formado pelas línguas Tswa, Tsonga ou Changana e Ronga, faladas aproximadamente por 2.800.000 pessoas nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.
3. Grupo Tsenga-Sena, integrado pelas línguas Kunda, Nsenga, Nyungere e Sena, faladas por aproximadamente 1.200.000 pessoas nas províncias de Tete, Zambézia e Sofala.
4. Grupo Shona integrado por esta língua que falam perto de 1.000.000 de pessoas nas províncias de Tete, Sofala e Manica.
5. Grupo Nyanja, integrado por esta língua que falam perto de 900.000 pessoas nas províncias de Niassa e Zambézia.
6. Grupo Copi, formado pelas línguas Copi e Gi-Tonga, faladas por aproximadamente 400.000 pessoas nas províncias de Gaza e Inhambane.
7. Grupo Yao, composto pelas línguas Yao e Makonde, faladas por aproximadamente 300.000 pessoas nas províncias de Niassa e Cabo Delgado.
8. Grupo Swahili, formado pelas línguas Swahili e Mwani, faladas por aproximadamente 120.000 pessoas na província de Cabo Delgado.
9. Grupo Nguni formado pelas línguas Zulu e Swazi, faladas por aproximadamente 30.000 pessoas na província de Maputo e em comunidades dispersas pelo país.

Como vemos, de nenhuma das línguas enumeradas se pode dizer que sejam dominantes em Moçambique pois para isso teriam –segundo Heine–⁵ de ser faladas por 30 a 60% da população. No início da colonização lusitana algumas delas foram utilizadas pelos missionários nas suas escolas, mas –por um decreto de 1921– proibiu-o o Governo metropolitano, permitindo apenas o seu emprego para o ensino da Religião e do Português, cujo conhecimento se tornava imprescindível para que os nativos deixassem de ser considerados "indígenas" e passassem a "assimilados". Daí talvez que, ainda que, ainda que, por exemplo, o Swaili, o Makua, o Sena, o Nyanja e o Changana, além de serem línguas maternas, fossem utilizadas como línguas segundas para a comunicação inter-étnica, não atingissem a categoria de supra-étnicas servindo como veiculares para o conjunto da população e que este papel, depois da independência, fosse atribuído oficialmente à língua portuguesa. E dizemos oficialmente porque –segundo um recente trabalho do especialista em Linguística africana Katupa–⁶ hoje em dia apenas 13% de moçambicanos falam o português, quer como primeira língua –1,2%–, quer em alternância com alguma ou algumas das línguas autóctones do país –11,8%–, enquanto 87% são monolíngues, ou políglotas em línguas e dialectos africanos.

Referindo-nos já apenas a esse 13% de moçambicanos que em maior ou menor grau possuem o português, a marcada predominância sobre os monolíngues dos que o alternam com alguma ou algumas das línguas autóctones, teve como consequência a aparição de numerosas interferências fonéticas, morfo-sintáticas, léxicas e semânticas dos idiomas africanos na língua de Camões que dão a esta um aspecto novo, que a moçambicanizam. A situação linguística, porém, infelizmente mal estudada ainda, resulta extremamente fluida e cambiante, devido às profundas mudanças socio-económicas e políticas que nos últimos anos experimentou e está a experimentar o país. Se o fim da administração colonial portuguesa e a tomada do poder pela FRELIMO deu lugar a uma grande mobilidade vertical, propiciando a ascensão social de camadas antes desfavorecidas, a guerra de libertação nacional primeiro e a luta contra a RENAMO depois –que provocou uma política de reagrupamento da população camponesa em "aldeias comunais" mais facilmente defendíveis da guerrilha–, assim como a extraordinária coesão interna da família ampla africana que faz que todos os seus membros vão, após o primeiro que se desloca, determinarem uma grande mobilidade horizontal, favorecendo o contacto das diversas línguas autóctones entre si e com a portuguesa, e criando as condições necessárias para o nascimento, sobretudo nos bairros de barracas que rodeiam as grandes cidades, desse pseudo-sabir a que Valkhof⁷ deu o nome de "crioulo secundário" e que um papel tão importante desempenhara na formação da variante nacional brasileira.

Há consciência nos falantes de que esteja a gerar-se em Moçambique uma nova variante nacional da língua portuguesa?

O sentimento por parte das actuais camadas dirigentes de terem os moçambicanos os mesmos direitos sobre a língua portuguesa que os próprios portugueses foi posto de manifesto de modo bem claro no início da passada década pelo desaparecido Presidente da República Popular de Moçambique Samora Machel numa entrevista concedida a uma revista portuguesa:

"Nós falamos aqui o melhor português. E porquê? Um português claro, porque tem ideais claras, porque tem conteúdo claro e tem objectivos claros. A língua só enriquece assim... é por isso que dizemos que falamos melhor o português, aqui. E gostamos muito, vamos cultivá-lo. É a língua da unidade nacional. E não temos complexos. À nossa população analfabeta nós falamos em português. Há intérpretes para traduzir muitos conceitos... Nós enriquecemos a língua portuguesa, não somente a falamos, mas nós estamos a enriquecer a língua portuguesa. Leia os nossos livros, leia as obras dos nossos escritores: novos vocabulários que não há em português, não é verdade?"⁸.

E até o facto de rejeitarem, tanto Moçambique como Angola, a primitiva denominação de "países de expressão portuguesa" com que nos tempos imediatamente posteriores à independência eram conhecidos, para exigir serem chamados "países de língua oficial portuguesa", responde ao desejo de reservar a palavra "expressão" —que, num decalque do francês, se empregava como sinónimo de "língua"— para a caracterização de cada variante nacional. Assim, por exemplo, escreve o publicista Albino Magaia numa crítica à carta dum leitor da revista *Tempo* a 22 de Fevereiro de 1981:

"Pelo facto de o português ser a língua oficial em Moçambique isso não significa que a nossa expressão é portuguesa. A nossa expressão é moçambicana da mesma forma que é brasileira a expressão de Jorge Amado e angolana a expressão de Luandino Vieira apesar de todos eles escreverem em português".

Mais às claras ainda, defende (no nº anterior do referido semanário), a independência do português de Moçambique a respeito do português de Portugal o publicista Bruno da Ponte num artigo intitulado "A língua portuguesa em Moçambique: Alguns problemas da sua utilização":

"De qualquer modo pensamos não restar dúvidas de que o português de Moçambique vai evoluir —está já a evoluir—, distanciando-se mais

ou menos rapidamente, com maior ou menor profundidade, do português de Portugal, e de que essa evolução é inevitável, natural e, em certo sentido, desejável. Além disso, foi abandonada a ideia, infundada e reaccionária, da superioridade de certas variedades linguísticas (o português de Coimbra ou de Lisboa; o inglês de Oxford e Cambridge, etc.) que não são mais do que as variedades utilizadas por quem exerce o domínio cultural ou político".

Coincidente –como veremos– em muitos aspectos com o de Angola (facto que não tem de admirar-nos dada a pertença à família banta da quase totalidade das línguas autóctones dos dois grandes países africanos de língua oficial portuguesa que estão na base da aparição destas novas variantes nacionais), até há bem pouco o português de Moçambique mal se reflectia, e isso muito esporadicamente, na escrita de poetas como Rui Nogar ou José Craveirinha, faltando no domínio da ficção um trabalho de aproveitamento e reelaboração estética da língua familiar e popular moçambicana comparável aos realizados por Uanhenga Xitu ou Luandino Vieira com a angolana. Daí que, para tratar de fixar os seus traços mais característicos, se tenham utilizado até agora –que eu saiba– apenas textos escritos não literários, como as cartas enviadas de 1978 a 1984 pelos leitores do semanário *Tempo* em *Remarques sur la syntaxe du portugais en Angola et Moçambique* de Eberhard Gärtner⁹, ou 120 redacções feitas em 1977 por quarenta alunos da 4ª classe duma escola de Maputo que tinham como língua materna o Tsonga (dialectos Ronga e Changana) na comunicação apresentada por Perpétua Gonçalves ao *Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* celebrado em Lisboa em 1983.

Foi isso mesmo que, de início, projectara fazer eu, recuando, porém, a tempos mais afastados. Baseando-me na selecção de cartas dos leitores do semanário *Voz Africana* que em 1971 publicou José Capela sob o título de *Moçambique pelo seu povo*¹⁰, teria tentado esclarecer a situação linguística do país nos anos que imediatamente precederam a sua independência. Contudo, tendo verificado depois que aparecera em Moçambique um grande jovem prosista, Mia Couto, que –como há tempos Guimarães Rosa no Brasil ou mais recentemente Luandino Vieira em Angola– se embrenhara na apaixonante aventura de criar uma nova língua literária partindo dos desvios da norma, das supostas incorrecções da falada na sua pátria, achei mais interessante dirigir a minha pesquisa ao estudo da sua linguagem, centrando-me no seu último livro, *Cronicando*, por ser ele o mais inovador do ponto de vista linguístico.

Mia Couto nasceu na cidade de Beira, província de Sofala, em Julho de 1955, residindo lá até 1972, ano em que se desloca a Maputo para estudar Medicina. Em 1974 interrompe esse curso para dedicar-se ao

jornalismo, trabalhando primeiro na *Agência de Informação de Moçambique*, sendo depois director de *Tempo* –semanário que desde os primeiros anos da independência dedicou grande espaço a debater em artigos e respostas às cartas dos leitores os problemas linguísticos do país, apoiando a decisão do Governo de fazer do português moçambicano a língua da unidade nacional– e dirigindo por último o jornal *Notícias*. Em 1985 retorna à Universidade, desta vez para tirar o curso de Biologia. Após a publicação em 1985 dum volume de poesia –*Raiz de Orvalho*–, Mia Couto revela-se de chofre em 1986 como excelente narrador com um livro de contos –*Vozes anoitecidas*– que inicia a colecção "Karingana" da AEMO e que em 1987 seria reeditado em Portugal sob a chancela da Editorial Caminho. Uma selecção das crónicas que ao longo de cerca dum ano publicara o autor no jornal *Notícias* sob a rubrica "Cronicando", com o acréscimo duns poucos textos inéditos, constitui o volume do mesmo nome cuja linguagem tentaremos analisar.

Cronicando apareceu em Dezembro de 1988 no Maputo como livro inaugural da colecção "Tarimba" da Ed. Notícias, colecção destinada –como o seu nome indica: "tarimba" na gíria jornalística e dalgumas outras profissões significa "experiência, saber que só se adquire com a prática, que nenhuma escola pode ensinar"– à publicação de colectâneas de crónicas, grandes reportagens e outros textos de carácter jornalístico. Um ano antes obtivera o "Prémio Anual de Jornalismo Areosa Pena" que outorga a Organização de Jornalistas de Moçambique, mas –como diz o Editor na Introdução aos 47 textos de duas ou três páginas que o integram– "mais do que crónicas jornalísticas, o que aqui se apresenta são retratos da vida quotidiana ou episódios inspirados no fantástico, imaginados e escritos ao sabor duma linguagem muito própria, bem característica do autor".

Com efeito, alternam em *Cronicando* cenas tomadas da actual realidade moçambicana, encarada sempre com um grande sentido crítico não isento de humor ("O gato nacional", "O caso da unha decepada", "Um pilão no 9º andar", "O director engolido por um anúncio", "O requerimento", "Tô certo ó tô errado", "África com Kapa?", "Curva de mulher em cabeça de macho"), e impressões de viagens pelo estrangeiro ("Feriados da alma", "Escrevisões lisboetas" 1 e 2, "Ilha de silêncio", "Viajar, viajarmos", "Aviãojando"), com rápidos esboços de tipos humanos de Moçambique que atingem categoria épica quando não mítica ("Elogio da estrada", "O Januário, ou melhor, o Januário", "A sombra sentada", "A velha e a aranha", "O jardim marinho") e textos que constituem verdadeiros poemas em prosa ("Riografias", "Pingo e vírgula", "No Zoo-ilógico" 1 e 2). Como, com a excepção destes últimos, todos os textos contêm diálogos, teremos o cuidado de assinalar com as abreviaturas *fam.* e *pop.* os desvios da norma

padrão do português europeu que se reflectem neles diferenciando-os assim daqueles já integrados na língua literária de Mia Couto.

Rareiam em *Cronicando* quaisquer referências a traços fonéticos especificamente moçambicanos. São apenas cinco as frases em que a grafia revela que o autor quer marcar alguma particularidade da pronúncia: "Dá licenss...?" (p. 33); "se fachavor não vão" (p. 58); "Tô certo ó tô errado" (p. 71); "Eh pá, o velho tava *naice*. Parecia mesmo o *Maiquel Jequeson*" (p. 31; "e *edecetera e edecetera*" (p. 58). Delas apenas as duas primeiras têm a ver com a fala popular; a terceira acrescenta um novo elemento caricaturesco ao magnífico retrato que na crónica do mesmo título se nos oferece dum "intelectual de esquerda superior ao popularucho" que se deixa às escondidas seduzir por essas mesmas telenovelas que tão energicamente combate em público; a quarta (posta em boca dos filhos de "Sua Excelência", agora "o Chefe", "a Excelência", "o Director" que com a unha desmesuradamente comprida do dedo mínimo faz e desfaz na repartição de que outrora tinha sido nomeado simplesmente "o responsável") constitui um pequeno sinal de atenção sobre a influência que através da música começam a exercer os Estados Unidos na mocidade dourada do país; enquanto à quinta pensamos que reflecte a língua familiar da gente culta embora esteja inserta –isso sim em estilo indirecto– no discurso dum tipo popular.

São pelo contrário abundantes os desvios com respeito à norma padrão do português europeu que achamos nesta obra de Mia Couto dentro do campo da sintaxe, desvios que em muitas ocasiões coincidem com os incorporados já à sua escrita por autores brasileiros e/ou angolanos que edificaram as suas criações literárias não sobre um material linguístico tomado dos livros mas bebido na boca de compatriotas que se expressavam sem preocupações académicas de nenhum jeito. Enumeraremos os mais importantes:

1. Hesitação no uso das formas de tratamento para a 2ª pessoa. Utiliza-se a 2ª pessoa verbal no âmbito da mais restrita intimidade: entre pais e filhos –"*Depressa-te Antoninho, a minha vida está-te à espera*" (p. 5), "*Não chora, mãe*" (pop. p. 24)–; entre marido e mulher –"*Deixa-te estar mulher, não atendas*" (fam. p. 69), "*Estás a ressonar, home? Acorda que são horas de ires à repartição*" (fam. p. 67)–; entre irmãos –"*Então, mano, conta-me o que se passou nestas duas semanas* (fam. p. 70)–; e de mais velho para mais novo quando a relação data de longos anos –"*Então, por que me pediste?*" (fam. p. 10)–.

Mas nestes mesmos casos regista-se igualmente a 3ª pessoa verbal sem ou com menção do pronome de tratamento *você*: "*Não tenha pressa em namoricos, minha filha*" (fam. p. 13), "*Vitorinha, prepare-se depressa*" (fam. p. 40), "*Você reze, mano. Deus, *lhe* ajudará a sair do vício*" (pop. p. 19), "*Você andou até aqui para me ver?*" (pop. p. 17).

A 3ª pessoa sem ou com *você* está também muito estendida como tratamento igualitário entre indivíduos que mal se conhecem: "Só hoje é que *veio?*" (fam. p. 66), "Está a falar comigo?" (fam. p. 66) "E se *você deixasse* o pilão na minha garagem?" (fam. p. 34), "Primeirem-se *vocês*, pessoas" (pop. p. 7); e de superior para inferior: "Você também me *saiu* um bom malandro" (fam. p. 15), "Laura, eu quero que *você seja* a mãe-solteira dos meus filhos" (fam. p. 31); ainda que neste último caso achemos às vezes *tu*: "Entalaste a mão dele?" (fam. p. 30), "E o carro *deixaste* lá fora, bem longe como *te disse?*" (fam. p. 60).

De mais novo para mais velho ou de inferior para superior emprega-se a 3ª pessoa verbal com o pronome de tratamento *o senhor* que pode ir acompanhado do título profissional ou do cargo que exerce o interlocutor, ainda que em ocasiões estes sejam apenas mencionados num vocativo: "Mas ... *é o senhor!* Não se lembra de mim?" (fam. p. 9), "O *Camarada Director* não tem uma máquina de calcular?" (fam. p. 60), "*Desculpe, padre*, é que eu vi *o senhor* abastecendo-se" (pop. p. 20). "*Desculpe, senhor Director*, quem vai falar com ela sou eu" (fam. p. 15), "Sr. enfermeiro, não será que pode-me oferecer aquela outra fotografia?" (fam. p. 107).

2. Uma colocação muito livre dos pronomes pessoais átonos pois às próclises nas orações principais afirmativas já admitidas na norma culta do Brasil há que acrescentar, como no português de Angola, ênclises nas subordinadas e nas negativas: "O Continente *se oceanifica*" (p. 53), "A água *se amendoinhava*" (p. 55), "Rezar *me dá* sono" (pop. p. 20), "Vai ver que ela *demorou-se* a estudar" (fam. p. 14), "Até porque acho que palavra *descobre-se*" (p. 21), "É por isso que *atacam-nos*" (pop. p. 80). Mas a frase nunca se inicia por pronome átono e, quando a uma oração principal que começa pelo sujeito segue uma coordenada que o faz pelo verbo, da próclise passa-se à ênclise: "O País *se descaminha, descoluna-se*" (p. 80), "as ruas da nossa capital *se vão desconstruindo, desgraduando-se* de avenidas para picadas" (p. 15).

3. A frequente utilização como intransitivos de verbos transitivos ou reflexos e viceversa: "Entraram, *sentaram*, afinaram a vista" (p. 14), "Eu hei-de passar a *visitar*" (pop. p. 24), "mas agora só a terra sofria e ela, a terra *nem queixava*" (p. 34), "E *desligaram-se*" [falando ao telefone] (p. 14), "ela não pode *continuar-se* vizinha da água" (p. 24), "Viajar, *viajarmo-nos*" (p. 97), "E, copo a copo, deslizaram pelas horas, *madrugando-se* todos embriagados" (p. 20), "E os viajantes defronte da corrente, *se pausavam* atentos" (p. 7).

4. A ausência do pronome pessoal complemento directo ou a sua substituição pelo indirecto, como no Brasil ou Angola: "Eu hei de pasar a

visitar" (pop. p. 24), "E o carro *deixaste* lá fora (fam. p. 60), "Dizem que incertas vezes, *lhe viram* passando montado num hipopótamo" (p. 8), "Deus *lhe ajudará* a sair do vício" (pop. p. 18), "E ela deixou lá o pilão, *deixou-lhe* no tal embaixo" (pop. p. 34).

5. Algum caso de imperativo negativo e de emprego inecessário do infinitivo pessoal: "*Não chora*, mãe" (pop. p. 24), "Vocês não podem *imaginarem-se*" (fam. p. 30).

6. A reduplicação de partículas negativas: "talvez *nenhuma* não houve" (p. 5), "*Ninguém* não perguntou coisa *nenhuma*" (p. 29).

7. A substituição, como no português do Brasil e de Angola, dos possessivos da 3ª pessoa real pela preposição *de* seguida do pronome pessoal sujeito *ele-s*, *ela-s*: "Entalaste a mão *dele*?" (fam. p. 30), "Nos cheiros provamos a comida dos vizinhos antes de ser servida na casa *deles*" (fam. p. 33), "Borboletou dois dedos à volta do botão da blusa *dela*" (p. 35).

8. Como no Brasil e Angola, a tendência para um menor uso do artigo determinado quer com os possessivos quer em orações em que o substantivo em singular ao qual –segundo a norma do português padrão de Europa– deveria acompanhar tem valor genérico, sem que seja necessário delimitar –como nos antigos provérbios– uma categoria ocasional dentro do género mediante um adjectivo, un genitivo, ou uma oração de relativo: "por força *de seus* braços" (p. 7), "mas num intervalo *de seus* olhares demorados" (p. 5), "*Trabalhador que aplica as mãos* é que não pode deixar crescer *unha*. *Homem de enxada* ou *de máquina* não tem conveniência nesse artifício" (p. 30), "*Moçambicano* quando viaja...!" (fam. p. 70), "Até porque acho que *palavra* descobre-se" (p. 21).

9. A tendência, como no Brasil e Angola, para a desapareição do artigo indeterminado: "Sua Excelência sofreu *acidente*" (fam. p. 29), "Por acaso sou filho de língua, eu?" (p. 21), "*Curva* de mulher *em cabeça* de macho" (p. 105).

10. O emprego de substantivos em singular em vez de no plural: "recebo a ordem: "não se pode inventar *palavra*" (p. 21), "Não sou homem de *argumento*" (p. 21), "Não quero *sociedade*, tio" (fam. p. 127).

11. Frequentes casos de omissão da preposição *a*, quer com o complemento indirecto –"Os filhos dos vizinhos gritamos-lhes ralhando com os nossos" (pop. p. 33)–, quer precedendo um infinitivo em perífrases verbais

com valor de gerúndio: "que você *está propondo*" (pop. 34), quer indicando intenção: "*Decidiu-se a velha surpreender* o autor" (p. 6).

12. A utilização abusiva da preposição *de*: "*Começaram de* construir uma ponte de cimento" (p. 8), "A sobrinha, coitada, *desconseguiu de* carregar o pilão. Não *subir das* escadas" (pop. p. 34), "Não sabe, não *chegou de* ouvir?" (pop. p. 34), "*desconseguem de* dobrar-se" (p. 80).

13. Uma certa anarquia no uso ou omissão das preposições, que em todo o caso são utilizadas de modo muito diferente de como as emprega o português europeu: "Custava *para* acreditar que fosse a mesma" (p. 10); "ela envergava o vestido *mais a jeito* de ser roupa" (p. 5), "uma mãozinha gorda lhe agarrou *na* gravata" (p. 27); "e ouvi-los responder *no* outro lado da linha (p. 47). "Mas foi adiada, *motivo* das chuvadas" (p. 8).

14. A omissão nalgumas ocasiões da conjunção que enlaça com a principal uma oração subordinada: "entrega as coisas *como elas* se estreassem sem nome e sem história" (p. 43). "Foi *por isso* você desconseguiu de trazer as coisas" (fam. p. 119).

15. Alterações na ordem das palavras dentro da frase: "E por que *esta toda* introdução, meu amigo?" (pop. p. 33), "Mas nenhum até agora foi capaz de ferir o rio e *deixar cicatriz nele* escrita" (p. 54), "*Vem de onde* essa palavra?" (p. 22).

16. E –provavelmente o mais curioso– a frequente substituição dum verbo por um auxiliar seguido dum substantivo verbal semanticamente relacionado com aquele: "não *exercia* nunca resposta" (p. 17), "os soldados portugueses *fizeram* riso" (p. 12), "os ferros *faiscavam* travagem" (p. 17), "passou a *dedicar ódio* contra o mar" (p. 24), "sem que se *vislumbrasse entendimento*" (p. 6).

Contudo, é o vocabulário o que verdadeiramente surpreende nesta obra de Mia Couto. E não pela abundância de moçambicanismos léxicos –na realidade são estes escasos: *capulana* (pano no que se envolvem o corpo as mulheres), *taco* (nota de banco), *candongá* (mercado negro), *barulhar* (fazer barulho), *desconseguir* (não conseguir), *pilar* (descascar no pilão), *machibombo* (autocarro), *chamboco* (pau), *estrutura* (autoridade), *sobreproduzir* (superar a produção programada)...– mas pela criatividade de que dá mostra o autor na invenção de termos novos, criatividade sobre a qual o próprio título do livro, *Cronicando*, constitui um sinal de atenção, reiterado no de vários dos textos que integram a colectânea como "*Escrevências desin-*

ventosas", "Escrevisões lisboetas", "Riografias", "Brinciar nos joelhos de terça-feira", "Aviãojando" e "No Zoo-ilógico".

Defensor tenaz do direito que tem o escritor a "brincar com as palavras, criando" (p. 85), de *brinciar*, Mia Couto troça em "Escrevências desinventosas" (pp. 21-22) –crónica tecida à volta duma suposta ordem por ele recebida quando já estava "predispronto" para escrevê-la: "não se pode inventar palavra"– da obsessão pela pureza do português dalguns dos seus compatriotas, que berravam comicamente escandalizados: "Já não há respeito pela língua materna?", e aos quais propõe, como único remédio para consegui-la montar em cada uma das estradas da comunicação "postos de controlância" em que "uma espécie de milícia da língua, com braçadeira", mande "parar os falantes e escreventes" para "revistar-lhes o vocabulário" e "inspeccionar-lhes o saco da gramática". "Porque isto de falar ou escrever" –conclui com ironia– "tem de ser dentro das margens. Como um rio manso e leve, tão levitoso que não acorde poeiras do fundo. Um rio que passe com essa eterna transparência que, verdade autografada, só a morte possui. Seja então a pureza pela morte trazida e por ela conservada".

Mas é essa mesma paixão de Mia Couto pela renovação lexical (obra dum criador individual mas que o povo tem de sancionar para que se torne património colectivo –"só quando a vida adopta a invenção, porque dela se pode servir é que a palavra do escritor sobrevive e abandona o ninho em que nasceu" (p. 85)–) que o converte num crítico sagaz das inovações vocabulares que, provindo do campo da política ou da burocracia, alargaram o seu raio de acção até limites verdadeiramente incríveis no Moçambique de depois da independência. *Brinciar nos joelhos de terça-feira* (pp. 85-87) é uma crónica dedicada a ridicularizar alguns desses termos quase sempre eféremos mas que conhecem durante certo tempo uma popularidade extraordinária:

"Aqui, em Moçambique, já tivemos as nossas pequenas modas. Uma desapareceram, outras permanecem. Foi, por exemplo, o termo "implementar". Nasceu de serviço certo, objectivo, preciso. Mas, depois, o uso do verbo estendeu-se para além dos limites previstos. O cidadão ia ao bar e pedia: "implemente-me lá uma cerveja média". Outra expressão que esteve em voga foi: "no âmbito". Tudo acontecia "no âmbito" de qualquer coisa. Um aluno que queria pedir para ir à casa de banho durante as aulas, dirigia-se assim à professora: "No âmbito de uma dor de barriga que me está a dar, a senhora professora autoriza que eu implemente uma necessidade?".

Quase todas as palavras que entre nós se constituíram em moda emigraram do discurso político. O verbo "engajar" foi um dos que

viajou para sentidos inicialmente não previstos. Dizia-se: "O meu filho agora anda engajado com uma miúda lá do bairro".

E houve outros tiques, às vezes bem inadequados. Por exemplo, a empresa dizia que "já mandou o relatório para a NAÇÃO". E esta "nação" ficava na esquina entre duas avenidas, no segundo ou terceiro andar dum prédio. "Nação", neste dialecto que já morreu, era a sede nacional de qualquer instituição.

Havia ainda as "estruturas". A reunião não começava porque se estava à espera das "estruturas". Quando alguém queria dizer que tinha um lugar de responsabilidade afirmava: "Eu sou uma estrutura". Entre os meios jornalísticos conta-se aquela do indivíduo que, ao pedir uma boleia, se dirigiu assim ao dono do automóvel: "Desculpe mas eu vou atrás porque sou estrutura".

E, a propósito do actual protagonismo no dia a dia moçambicano do verbo "desenrascar", ou "desarascar", –que, enquanto em Portugal e no Brasil significa apenas "desembaraçar de obstáculos", em Moçambique é aplicado para acções tão diversas como "arranjar algo que escasseia", "despachar um documento preso nas burocracias", "livrar o *sócio* de apuros", "contornar a bicha ou entrar pela porta de cavalo (ou ainda conseguir algo por meios pouco dizíveis)" e "comprar na candonga" [o mercado negro]–, Mia Couto tece uma série de considerações que do campo meramente linguístico passam ao sociológico:

"O desenrascanço vai, pouco a pouco, tornando-se instituição nacional, vai criando uma ética própria. Aquele que facilita, aquele que desarasca é que é o tipo porreiro. As relações pessoais medem-se pela troca, pelo benefício que delas se pode obter.

Mais grave ainda é que o acto de complicar uma coisa se torna uma fonte de negócio. Complica-se a obtenção de um documento e, desde logo, se cria um meio de cultura para os esquemas, os expedientes pouco lícitos. Faça-se não funcionar algum serviço: não há melhor clima para os desarascadores".

Por isso faz votos por que o verbo "desarascar" caia rapidamente em desuso, pois, ainda que o mal não esteja nas palavras mas naquilo que elas nomeiam, a sua desapareição da conversa diária seria sintoma de que muitas coisas melhoraram em Moçambique¹¹.

Quanto ao seu lavor pessoal de invenção de vocábulos (ainda que –segundo ele– "palavra descobre-se, não se inventa" (p. 21)), Mia Couto serve-se para isso de toda a sorte de procedimentos:

1. A derivação sufixal.

Uma grande parte dos surpreendentes neologismos que achamos em *Cronicando* é constituída por verbos da 1ª conjugação formados pelo acréscimo da terminação *-ar* (com ou sem os infixos *-e-*, *-iz-*, *-ic-*, *-ific-*, *-it-*, etc.) a substantivos, adjectivos ou advérbios de uso frequente, como podemos verificar nas seguintes frases: "Ao longe os bois *horizontavam-se*" (p. 17), "E ela adormecia-se, um leve sorriso *meninando-lhe* o rosto" (p. 5), "vocês têm o vosso estudo mas eu só sou *experenciado* nesta tarefa delicada" (pop. p. 58), "Calculei os degraus e *compaixonei-me* daquelas pernas vistosas" (p. 9), "*Es-tradearmo-nos*: não existe outro modo de olhar a imensão da nossa terra" (p. 79), "Contemplo-o enquanto ele vai *volanteando*" (p. 8), "*Maiúsculiza-se* deferente" (p. 21), "O Continente se *oceanifica*" (p. 53), "*Calculitou-se* já o perigo das mudanças?" (p. 22), "*Primeirem-se* vocês, pessoas. "Depois as cargas" (pop. p. 7), "*solteirava* em estado de deserto sensual" (p. 25), "É que eu sofro muito de medos, *sozinho-me* tanto, todas as noites" (pop. p. 58), "*Depressa-te* Antoninho, a minha vida está-te à espera" (p. 5).

Mas há também adjectivos novos derivados de substantivos, de verbos ou doutros adjectivos: "Sou um homem *obeditoso* às ordens, Mais: *obeditado*" (p. 21), "Mas ainda a ordem era *perguntosa*" (p. 21) "a *pilosa* é a minha sobrinha" (fam. p. 33), "Os amigos escutaram-lhe a solidão, *compaixonados*" (p. 25), "Gotas *diametrosas* aprisionam os homens" (p. 55), "postos *vigilentos*" (p. 22), "eu *arrogancioso*" (p. 22), "acusar-me de *inventeiro*" (p. 21), "Nós éramos os do muro, *sentadiços*" (p. 11).

E substantivos derivados de verbos ou doutros substantivos: "Entijole-se o homem com tendência a *imaginescências*" (p. 21), "Porque sei muito bem o perigo da *imaginática*" (p. 21), "Não é que eu tivesse *pretendências* de inventar palavras" (p. 21), "Nunca ponho três pontos que é para não pecar por *insinuência*" (p. 21), "*Escrevências desinventosas*" (p. 21), "Descansamos o corpo da *solavancação*" (p. 79).

Ou inesperados advérbios em *-mente*: "Era trabalho para ser feito por alma, *criaturamente*" (p. 6), "*milicialmente* nas muitas estradas da comunicação" (p. 22), "odoricamo-nos *telenovelamente*" (p. 22), "De casa para a escola e *viceversamente*" (p. 14).

2. A derivação prefixal.

Registam-se em *Cronicando* neologismos formados com os prefixos *en-*, *entre-*, *extra-*, *in-* ou *i-*, *infra-*, *multi-*, *re-*, *retro-* e *sobre-*: "Os funcionários todos se *empequenaram*" (p. 30), "*Entredecidiram-se*: melhor seria mudar o horário de sua recente devoção" (p. 20), "Escrevi para a família em Portugal a dizer que me casara com uma... ultramarina... Mas aquela, meu caro, aquela era uma *extramarina*" (pp. 73-74), "Qual seria o motivo daquele desejo de *inresidência*?" (p. 102), "E a mulher se fez exacta, *intranseunte*" (p. 6),

"Sentada, *imovente*, a mulher presenciava-se sonhar" (p. 6), "Tímido e desencorpado, ele era um *infraexistente*" (p. 25), "havia uma raiva *repartilhada* que *multicrescia*" (p. 12), "Mas *retrodecidiu-se*" (p. 102), "Uma coisa que, durante agora, temos *sobreproduzido* é areia" (p. 101). Mas sobretudo com o prefixo *des* cuja força criativa assinalava já em 1983 Perpétua Gonçalves no Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo. De indicar o antónimo da palavra-base passa a substituir o advérbio *não* numa nova forma de conjugação negativa. Assim, por exemplo: "vejamos a *desconversa* concebida pelo meu amigo Leite de Vasconcelos" (p. 22), "Uma *desentrevista* foi o que foi" (p. 22), "Tinha sido ele que *desconduzira* a viatura de encontro a um muro" (p. 60), "as ruas da nossa capital se vão *desconstruindo*, *desgraduando-se* de avenidas para picadas" (p. 15), "Não sabia, *desadivinhava*" (p. 9), "seja ausência breve, seja *descomparência* prolongada" (p. 29), "o recinto estava *desiluminado*" (p. 105), "a sobrinha, coitada, *desconseguiu* de carregar o pilão" (p. 34), "Ele voltou a *desresponder*" (p. 79).

3. A composição.

Trata-se sempre da chamada composição perfeita ou aglutinação de palavras, em que a união das mesmas é tão íntima que o vocábulo resultante possui um único acento e algum dos componentes perde a sua integridade material. No caso do nosso escritor o componente que perde a integridade material costuma ser o determinante, às vezes reduzido a uma única sílaba evocativa. Mas a eficiência semântica das originais criações vocabulares que Mia Couto consegue mediante este processo reside na grande semelhança existente entre o elemento novo que introduz e a parte que sacrificou do antigo, semelhança que num primeiro momento gera no leitor a impressão de tratar-se duma gralha, obrigando-o a reflexionar sobre o recém-nascido neologismo e a analisar-lhe os componentes para descobrir a sua surpreendente e sempre inédita significação.

Algumas das crónicas que integram *Cronicando* levam como título neologismos de este tipo – "Aviãojando", "Escrevisões lisboetas", "Riografias", "No Zoo-ilógico" – mas há tantos no interior dos textos que apenas registamos alguns: "Um escritor pode brincar com as palavras, criando, Pode *brinciar*" (p. 85), "Sorriu: era uma menina tímida, *timiúda*" (p. 10), "Foi nesse ventre líquido que se assistiu ao que, de tanto assombro, me fuge de *vislembrar* (p. 84), "Deixe aí seu olhar pousado até que a alma ... se sinta molhada, e mais que alagada, *alaguada*" (p. 53), "Este país *rodovê-se*" (p. 79), "Às vezes é um rio de pé, *verticaindo*" (p. 55), "Realmente, aqui sou mais do que estrangeiro: sou um estranho. Um *estranhogeiro*." (p. 90), "À medida que recapitulava os episódios da sua batalha contra a *caracolenta* burocracia, ia ficando mais e mais azedo" (p. 65), "Nós ficávamos no muro, os olhos trincando as sombras *femeameninas*" (p. 11), "quando a pequena

bola de madeira *escorrecaia* no buraco da baliza" (p. 11), "E ambos se *alfabatiam*" (p. 104), "Assim *rodandava* o nosso homem [um bêbedo] pelo areal" (p. 101).

Ora bem, a obsessão pela palavra –a matéria prima da obra de arte literária– do magnífico estilista que é Mia Couto leva-o a jogos de engeho que consistem em descompor um vocábulo nos seus aparentes elementos para refazê-lo de novo (em geral com pequenas modificações fonéticas) semanticamente outro: "*Maravilhas. Mar, ave, ilhas*" (p. 113), "O gordo mais que *divaga, trivaga*" (p. 74), "Ficando nos grandes paquidermos: não será que de tão enormíssimos, eles, em vez de *digestão*, têm *trigestão*" "No Zoo-ilógico, Zoo, ainda aceito. Mas *lógico*, porquê? As mais das vezes é mesmo *ilógico*" (p. 113), "A mais bela *cá na área? A canária*" (p. 116). "O *marisco* foi primeiro *mar*. Só depois foi *isco*" (p. 115). E não joga apenas com falsos prefixos ou componentes de palavras, fá-lo também com letras. Porque –como diz em "Escrevências desinventosas"– "Às vezes basta uma simples letra para alterar tudo. Um pequeno e modesto D transforma o Desperto em Esperto. Um simples F faz virar o Útil nun Fútil. E outros tantíssimos, infindáveis exemplos" (p. 21).

Mas onde esta sorte de malabarismo linguístico atinge cotas mais altas é nas crónicas intituladas "No Zoo-ilógico" (1) e "Zoo-ilógico" (2). Ambas estão integradas por uma série de nove textos soltos que têm entre 1 e 10 linhas, nos quais a análise dos elementos que aparentemente compõem os nomes de certos animais (na primeira delas apenas aves) é aproveitada para dalgum modo caracterizá-los, criar-lhes novos femininos ou masculinos e até inventar pequenas histórias. Vejamos alguns exemplos: "Comecemos pelo *falcão*: já viram os olhos, como são felinos? Certo seria chamar-se de *falгато*" (p. 113), "O anfíbio subpétreo: a *salamandra*. Levanta-se a pedra, a qualquer hora e lá está ela, de pele toda nua. Que *salamalandra!*" (p. 116). "O macho da *catatua* é o *catateu*" (p. 113), "O macho da *gazela*? É o *gazele*. E a fêmea do *elefante* será a *elafante?*" (p. 115). "O piolho, saltitando de contente, esbarra na fivela do cinto do hospedeiro. Do choque vazou-se-lhe a vista. Sem um *olho* o *piolho* já só assina: *pi*" (p. 115), "De raspão quase o morcego se empassarava. No escuro-fusco, o mamífero aviador se orienta só de ouvido. Desgraça do *morcego*, então, era ser *morsurdo*" (p. 114).

É claro que a extraordinária criatividade linguística de que dá mostra em *Cronicando* o moçambicano Mia Couto responde –como a do angolano Luandino Vieira ou do brasileiro, infelizmente já desaparecido, Guimarães Rosa– a aptidões e gostos pessoais. Mas poderemos considerar puramente casual o facto de serem três representantes do português falado na România Nova –dois da África e um da América– os que tiveram a ou-

sadia suficiente para provocar esse verdadeiro terremoto destruidor da estrutura tradicional da língua de Camões que lhes permite reconstruí-la dum jeito absolutamente novo? Estando como está hoje a literatura portuguesa a viver uma etapa extraordinariamente inovadora do ponto de vista estilístico, como é que não surgiu ainda em Portugal algum escritor capaz de subverter com a mesma audácia que os três anteriormente mencionados os padrões morfo-sintáticos e léxicos vigentes na sua pátria? Ou será que apenas as línguas em plena gestação, as que constituem um magma a mudar de estado continuamente, permitem ao criador literário tamanha, tão magnífica liberdade? Pensamos, com efeito, que a Mia Couto só porque não era português lhe foi factível manejar a língua portuguesa com a genial desenvoltura com que o faz em *Cronicando*.

NOTAS

1. Coincidimos neste ponto com o professor da Universidade de Leipzig Matthias Perl em "Le portugais et le créole portugais en Afrique", in *Linguistische Arbeits-Berichte*, 53. Sektion Theoretische und angewandte Sprachwissenschaft. Karl-Marx-Universität, Leipzig, 1986, p. 13.
2. "O papel da língua portuguesa em Moçambique", in *Documentos do I Seminário Nacional sobre o ensino da língua portuguesa* (xerografia), Maputo, 1979.
3. *Actas*, vol. I, Lisboa, 1985, p. 244.
4. *Línguas de Moçambique* (xerografia), Maputo, 1978.
- 5 P. Heine, *Sprache, Gesellschaft und Kommunikation in Afrika*, München, 1979.
6. Katupa-J. M. Muária, *O bilinguismo na Educação formal e não formal* (xerografia), Maputo, s. d.
7. *Studies in Portuguese and Creole. With Special Reference to South Africa*, Johannesburg, 1966.
8. Mia Couto, "Ainda o problema da língua - submissão cultural", in *Tempo*, 22-2-1981.
9. V. *Linguistische Arbeits-Berichte*, 53.
10. Porto, 1971.
11. Ainda dentro dessa preocupação de Mia Couto pelas questões linguísticas temos de incluir outra das crónicas do livro - "África com kapa?" - em que o autor zomba dalguns dos seus compatriotas com tanta fé na ortografia que baseiam a própria africanidade no facto de escrever o português com *kapas*, *dablius* e *ipsilones* em vez de com *ces*, *ús* e *ís*.